



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Dossiê Patologias Sociais e Interfaces com a Educação

Morfologias, movimentos e afetos: o mal-estar e as patologias sociais do/no corpo docente

Morphologies, movements and affects: the malaise and social pathologies of/in the teaching staff

*Morfologías, movimientos y afectos: el malestar y las patologías sociales de/en el cuerpo docente*Fernanda Silva do Nascimento
Bettina Steren dos Santos**RESUMO**

Neste artigo, discutimos como se relacionam as noções de patologias sociais e mal-estar docente frente aos desafios enfrentados pelo professorado de uma escola pública do Rio Grande do Sul. Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla em que utilizamos referenciais teóricos que contribuem com a construção de noções dos fenômenos. A pesquisa está pautada em uma abordagem qualitativa e corpus de 6 entrevistas com docentes examinadas com base na Análise de Conteúdo. Os fenômenos estão vinculados de forma rizomática, coexistente e produzem movimentos na interação individual-coletiva de morfologias para resistir-conviver-transformar.

Palavras-chave: Patologias Sociais; Mal-estar Docente; Formação Docente; Trabalho Docente.

ABSTRACT

In this article, we discuss how the notions of social pathologies and teacher malaise relate to the challenges faced by teachers in a public school in Rio Grande do Sul. This is an excerpt from a broader research project in which we use theoretical frameworks that contribute to the construction of notions of the phenomena. The research is based on a qualitative approach and a corpus of 6 interviews with teachers examined based on Content Analysis. The phenomena are linked in a rhizomatic, coexisting way and produce movements in the individual-collective interaction of morphologies to resist-coexist-transform.

Keywords: Social Pathologies; Teacher Malaise; Teacher Training; Teaching Work.

RESUMEN

En este artículo discutimos cómo las nociones de patologías sociales y malestar docente se relacionan con los desafíos que enfrentan los profesores de una escuela pública de Rio Grande do Sul. Este es un extracto de una investigación más amplia en la que utilizamos referencias teóricas que contribuyen con la construcción de nociones de fenómenos. La investigación se basa en un enfoque cualitativo y un corpus de 6 entrevistas a docentes examinados a partir del Análisis de Contenido. Los fenómenos se vinculan de manera rizomática, coexistente y producen movimientos en la interacción individual-colectiva de morfologías para: resistir-convivir-transformar.

Palabras-clave: Patologías Sociales; Malestar Docente; Formación de Docentes; Trabajo Docente.

Introdução

Há mais de um século, a humanidade tem se debruçado sobre a compreensão do sofrimento humano, investigando suas causas, manifestações e impactos nas diversas esferas da vida. Nessa trajetória, participamos de pesquisas “*trans-formadoras*” refletindo com docentes sobre angústias, desafios e noções de mal-estar no trabalho do professorado considerando suas tramas, expandindo sentidos e significados.

No campo educacional brasileiro, consideramos que certas noções de sofrimento penetram o cotidiano escolar e atravessam desde a garantia dos direitos sociais, passando pela formação humana e pela convivência até as reformas educacionais, infraestruturas e ideias de bem-estar nas escolas. Com efeito, a maneira como pensamos conceitos e teorias pode contribuir com o reconhecimento das relações que se modulam diante das diferentes estruturas que compõem a complexa arquitetura da educação no país. Assim, tais aspectos nos colocam diante da multidimensionalidade dos desafios enfrentados por milhares de pessoas que integram a comunidade de profissionais da educação no país.

No âmbito das condições do trabalho docente, verificamos que os desgastes e as dificuldades enfrentadas por grupos de professoras e professores têm se caracterizado pelo intenso envolvimento com a profissão a fim de corresponder ao volume de demandas, especialmente, as que envolvem o ensino, o cuidado, a produtividade, as avaliações externas, as atividades burocráticas, os questionamentos sobre a função docente e a imagem social. Esses elementos ilustram processos de precarização do trabalho que se moldam

em meio aos ataques e às violências diversas que fazem do adoecimento dos(as) profissionais um tema ainda urgente.

Os avanços neoconservadores, a educação em tempos de pandemia, a desvalorização e precarização do trabalho docente (Andrade Oliveira, 2022) são alguns dos fenômenos que reafirmaram a necessidade de mantermo-nos reivindicando e dialogando sobre as concepções que perpassam a sobrevivência das docências no Brasil. Diante da possibilidade de um “apagão” de professoras e professores e do fôlego necessário para seguirmos contra a barbárie, evidenciamos a necessidade de superar os índices de absentismo do professorado e garantir os direitos de mais de 2,4 milhões de docentes que compõem a Educação Básica brasileira (Brasil, 2024). Segundo o Censo da Educação Básica 2023 (Brasil, 2024), as mulheres ocupam 79,5% deste total, 60,3% do professorado está atuando no Ensino Fundamental e, em comparação ao último levantamento, houve um aumento de 15% na Educação Infantil e queda de 1,3% de atuação no Ensino Médio.¹

Considerando o dito até aqui, este estudo propõe discutir como se relacionam as noções de patologias sociais e mal-estar docente em uma escola da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Para tal, lançamos mão de uma análise aprofundada dessa intersecção, explorando perspectivas e reflexões emergentes. A investigação está vinculada a uma pesquisa mais ampla desenvolvida em um programa de pós-graduação em educação, em que produzimos possibilidades para pensar o mal-estar docente a partir da participação de professoras e professores de uma escola pública localizada na cidade de Porto Alegre.

Abordar um fenômeno complexo requer algumas escolhas, e isso implicou na escolha por certos referenciais teóricos que pudessem apresentar a introdução da temática como objeto de estudo no Brasil e suas abordagens, bem como autores e autoras que contribuem para os nossos deslocamentos, vínculos com conhecimentos e suas atualizações. A partir de uma revisão bibliográfica, adotamos para essa discussão, especialmente, autores que se mobilizaram a pensar o mal-estar docente (Esteve, 1994, 1999; Jesus, 1998, 2001, 2002;

¹ Os dados foram publicados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2024.

Stobaus; Mosquera, 2002) e a noção de patologias sociais (Honneth, 2011, 2015; Castilhos; Pizzi; D'Avila, 2023). Ademais, tecemos articulações com as contribuições sobre mal-estar, sofrimento e sintomas de Dunker (2011, 2015).

Para a elaboração e organização da pesquisa, consideramos que nos constituímos como autoras e pesquisadoras a cada experiência investigativa, assim, apresentamos aqui a vivência narrada. Afinal, desde que iniciamos na profissão e dedicamo-nos ao desenvolvimento de projetos e investigações na América-Latina e Europa sobre a temática, fomos levadas a experiências que implicaram tanto no modo de fazer pesquisa quanto nas articulações entre termos, sentidos, trajetórias e problematizações sobre o fazer docente. Tornou-se transformador e oportuno seguir traçando possibilidades para pensar as docências, especialmente, o que os contextos nos apresentam, como e o que fazemos com tais relações.

A relevância desta pesquisa reside nas contribuições para entusiastas do trabalho docente e no desenvolvimento de novos estudos e articulações dos fenômenos e contextos sociais, oferecendo perspectivas e conhecimentos que enriquecem debates e produções bibliográficas já existentes e geram possibilidades para inspirar outros projetos, pesquisas, processos reflexivos e transformadores. Sua importância não se justifica apenas pela possibilidade de ampliar as noções teóricas, mas pela oportunidade em indagar e conduzir experiências que interferem nas diversas esferas sociais e reiteram nosso compromisso em “desbarbarizar a educação” (Cássio, 2019, p. 21).

Os deslocamentos produzidos ao longo da pesquisa, estão fundamentados para além de fragmentações reducionistas em campos de saberes e colocam em movimento uma abordagem “onto-epistemológica-metodológica e ética” (Hernández-Hernández; Benavente, 2019) de promover uma pesquisa qualitativa (Minayo; Gomes, 2003) que se direciona a uma perspectiva pós-qualitativa (Lather, 2016; St. Pierre, 2011, 2018) enquanto a transversalidade está intimamente relacionada às forças e aos efeitos dos/nos fenômenos em sua complexidade. Assim, vamos dando conta de ampliar sentidos a partir do encontro com conceitos, novos questionamentos e imprevisibilidades, mais do que descrever enredos já prefigurados. Ou seja, articulamos noções produzidas e reconhecidas por suas fundamentações nos campos das Ciências Sociais, Humanas e/ou da Saúde e considerações a partir

das análises elaboradas desde então sobre seus atravessamentos. Nesse nexos, este artigo é apresentado através de suas forças dinâmicas e organizado na tessitura entre percursos, publicações científicas, cotidianos, questionamentos e produção de conceitos.

Nesta investigação, utilizamo-nos de uma trajetória metodológica que teve como base o desenvolvimento de uma pesquisa exploratória a partir dos apontamentos elaborados em um projeto mais amplo de estudo de caso. O corpus deste trabalho é composto pelos relatos de seis docentes de uma escola da rede estadual de ensino de Porto Alegre que participaram de entrevistas semiestruturadas com, no mínimo, uma hora de duração cada. Utilizando a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) realizamos a exploração e leitura flutuante do material transcrito integralmente, seguida da organização dos resultados e inferências, buscando discutir, nesta pesquisa, os movimentos entre as dimensões do mal-estar e das patologias sociais do/no corpo docente. Os trechos das entrevistas serão apresentados à medida que se encontram com as reflexões que derivam da/na pesquisa, sendo os discursos creditados como: (Docente 1), (Docente 2), por exemplo.

Entre fragmentos de corpos docentes: o adoecimento do professorado em campos de disputas teóricas

O trabalho do professorado reconfigura-se diante dos diversos cenários que entrelaçam os movimentos presentes nos processos históricos, políticos, econômicos, culturais, ambientais, afetivos, sociais e paradigmáticos e, portanto, exige que os efeitos das mudanças e das permanências na profissão sejam tratados considerando vetores múltiplos e suas cartografias.

Para pensar o trabalho docente, consideramos substancial a participação de professores e professoras, haja vista a importância da apropriação crítica e reflexiva da cultura e atuação do professorado, atitude considerada fundamental para nossa humanização (Freire, 1987). Assim, em conjunto, produzimos o trabalho docente, suas características, efeitos e movimentos, exercício que se constitui no cotidiano, nas reivindicações do professorado, na atenção às suas condições e discussão sobre a temática.

Os contextos históricos e políticos nos interessam, mas não definem os fenômenos diante da variedade de fatores que os compõem. É nas dinâmicas das forças, nos seus tensionamentos e articulações, que possíveis realidades se sustentam e nos permitem mapear condições e subjetividades coletivas que nelas são produzidas.

Suely Rolnik (2018, p. 27), por exemplo, dedicou-se a pensar sobre as “ressonâncias dos afetos das forças do presente” nos corpos a fim de criar arquiteturas que desfaçam o que chamou de “nódulos patológicos” nas tramas sociais, sobretudo, os efeitos do regime colonial-capitalístico. A este respeito, ela descreve que o capital se detém a explorar

a pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações [...]. Disso decorre que a fonte da qual o regime extrai sua força não é apenas econômica, mas também intrínseca e indissociavelmente cultural e subjetiva – para não dizer ontológica -, o que lhe confere um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater (Rolnik, 2018, p. 33).

Além disso, embora a compreensão de que os(as) docentes têm a capacidade de serem autores(as) dos sentidos e significados sobre os termos “condições do trabalho docente, mal-estar, sintomas e sofrimento, satisfação”, iniciamos buscando reconhecer algumas definições e perspectivas que contribuíram para o desenvolvimento dos próprios fenômenos e reflexões sobre eles.

O afastamento docente de suas atividades laborais é um fenômeno que despertou interesse de diferentes áreas de investigação ao longo dos anos (Codo, 1999; Esteve, 1994, 1999; Jesus, 1998, 2001, 2002; Gasparini; Barreto; Assunção, 2005; Mosquera; Stobaus; Júnior, 2007). À medida que os desafios enfrentados pelas professoras e pelos professores se intensificam, grupos de pesquisadores e pesquisadoras tornam-se cada vez mais engajados em compreender e discutir sobre suas causas, impactos, condições do trabalho e saúde dos(as) profissionais abordando-os sob diferentes perspectivas. Daí a possibilidade de pensar sobre como tais enfoques acabam intervindo na compressão sobre os fenômenos e na articulação de conceitos nos contextos diversos.

Diante dos levantamentos realizados em Estudos do Conhecimento (Morosini; Fernandes, 2014) evidenciamos como as publicações realizadas pelo psicólogo alemão Herbert Freudenberg (1974) – responsável pelo acompanhamento e análise da experiência de voluntários que atuavam com dependentes químicos em Nova York e os sintomas apresentados ao longo das atividades laborais – influenciaram em outras teorias e no pensamento sobre o trabalho em nossas sociedades.

O pesquisador identificou uma sequência de comportamentos e reações que foram caracterizadas como indicadores de uma “estafa profissional” e “estresse crônico” ao qual sinalizou como um esgotamento, exaustão física e emocional, denominada de *Síndrome de Burnout*. Segundo Freudenberg (1974), pela necessidade de reconhecimento, as pessoas passavam a associar seus desempenhos laborais a uma ideia de “valor” e eficiência pessoal e/ou profissional. Dessa forma, acabavam por se dedicar demasiadamente na realização de suas atividades, suprimindo até mesmo necessidades próprias e básicas como sono, alimentação e lazer. Com o tempo e a continuidade das ações, tendiam a expressar medo e insegurança, evitando conflitos e fazendo do trabalho a ocupação principal de suas vidas. Como resultado, o isolamento social, mudanças comportamentais, sentimentos de solidão e vazio, excessos de dúvidas sobre o sentido da vida e despersonalização anunciavam o colapso físico e mental iminente em que se configuram os estágios da exaustão: *burnout*.

Tal teoria exerceu um papel significativo nas instituições e nas organizações internacionais que passaram a utilizar os estudos na mensuração dos efeitos na economia e no mundo do trabalho que estava sendo conduzido em uma possível Era da Informação e, por conseguinte, da globalização. Parte do campo científico foi sendo configurado pelo desenvolvimento de pesquisas que buscavam identificar as causas e os indicadores do estresse crônico no trabalho, oferecendo estruturas explicativas e em busca de soluções e prescrições para problemas complexos. Todavia, a gestão do capitalismo – baseada na busca de lucro em torno dos resquícios da Revolução Industrial, investimento em avanços tecnológicos e exploração da mão de obra – também se deparou com os movimentos sindicais que desempenharam papel

fundamental na promoção dos direitos e das condições trabalhistas, sobretudo, no contexto de redemocratização do Brasil.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em 1919, apontou que profissionais como médicos, policiais e professores foram considerados como os principais trabalhadores propensos a desenvolverem a Síndrome de *Burnout*. Em 2019, o fenômeno foi incluído na 11ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um fenômeno ocupacional. Já em 2022, foi reconhecido pela mesma instituição, como doença ocupacional, tendo sido definido como “uma síndrome resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso” (OMS, 2022, s.p.). A partir do texto, seria possível dizer que a definição apresentada dá conta de responsabilizar a pessoa trabalhadora pela administração do seu exercício laboral: execução e consequências que a ela competisse?

No caso do Brasil, a Portaria nº 1339, de 18 de novembro de 1999 já apresentava a Síndrome de *Burnout* na lista de doenças relacionadas ao trabalho, no Grupo V da CID-10, que descrevia um grupo considerado por “transtornos mentais e do comportamento, relacionados com o trabalho”. A doença foi descrita pelo Ministério da Saúde (Brasil, 1999) como uma “sensação de estar acabado, síndrome do esgotamento profissional”² e apresentava os seguintes fatores de risco de natureza ocupacional: “ritmo de trabalho penoso e outras dificuldades físicas e mentais”³ (s.p.).

Para orientar nossa reflexão, importa salientar que tais medidas vinculam noções de adoecimento, normalidade e “desordens” (físicas e emocionais) resultantes de um estresse crônico, associados ao “sentimento de exaustão, redução da eficácia profissional e negativismo relacionado ao próprio trabalho” (OMS, 2022, s.p.). No entanto, qualquer pessoa que exerça uma atividade frequente pode apresentar a doença: estudantes, pessoas que se dedicam à função de cuidado, mulheres que se sobrecarregam nas atividades em casa e na maternidade, entre outros.

É diante do levantamento das concepções de desordens, patologias e das ideias neoliberais que surgem as iniciativas que buscaram reunir grupos de

² Identificada por códigos: Z73.0,

³ Identificados por códigos: (Z56.3), (Z56.6), respectivamente.

sintomas em categorias, codificando-os e publicizando mundialmente em Manuais (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais⁴ - DSMs I, II, III, IV e V) como tentativas de unificar sintomas, individualizar e fragmentar as experiências de sofrimento, conforme citado anteriormente.

Isto posto, remetemo-nos aos pressupostos neoliberais que atravessam as diferentes esferas da vida humana, desde o acúmulo de capital e propriedade privada, à descentralização do Estado nas políticas educacionais e à responsabilização individual pelo sofrimento, enquanto versam sobre experiências dinâmicas e diversas (Dunker, 2015).

A análise de Dunker (2015) sugere que os riscos relacionados à saúde são frequentemente percebidos como responsabilidades individuais. No entanto, ele argumenta que o trabalho, por sua natureza, é uma atividade coletiva e relacional. Assim, os riscos e a saúde no contexto do trabalho não podem ser plenamente compreendidos apenas em termos individuais, pois são influenciados e moldados pelas interações e condições coletivas. Essa perspectiva desafia a visão tradicional de que a doença é uma questão puramente individual e destaca a importância de considerar os aspectos sociais e organizacionais no estudo dos riscos ocupacionais e da saúde no trabalho.

As medidas de institucionalização, de definição e de classificação dos fenômenos tornam marcas invisíveis ou visíveis em reconhecidas. Por um lado, podem contribuir com a responsabilização, regulamentação das atividades laborais, assegurar direitos, oferecer condições adequadas para o exercício profissional e, por outro, indicam-nos percepções normatizadoras, principalmente, provenientes de implementações e de ideologias de determinada parcela das sociedades. Trata-se, aqui, de uma ideia de "normalidade" e de "desordem" que configuram o exercício diagnóstico em relação à identificação de patologias, especialmente a ideia de desordens orgânicas.

A doença é vista em referência às desordens no organismo humano e a noção de patologia social é entendida como cultural e interligada à noção de bem-estar social, uma ideia comprometida pelo neoliberalismo que prioriza o

⁴ *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders.*

mercado e a eficiência econômica em detrimento das necessidades coletivas e da justiça social.

Com a profissão docente não tem sido diferente. A exposição constante às situações mais adversas de cada época, os modelos econômicos e função social da escola, fazem da imagem profissional um campo de permanências e “mutações contínuas”. Dentre as implicações das ideias do capitalismo, o avanço do neoliberalismo e o processo de redemocratização após o período ditatorial no Brasil, a ascensão de pesquisas que exploraram a problemática do adoecimento docente teceu as décadas de 70 a 90 em nosso território (Araújo; Pinho; Masson, 2019). Esses estudos exibiram contradições, redefinições de poder e distintos graus de naturalização do sofrimento em função da atividade docente.

A tentativa de universalidade e reconhecimento de um caráter de brasilidade promulgou batalhas que nos renderam a luta por democracia. Ao passo que o pensamento desenvolvimentista dos anos 60 culminou em testagens, métricas e promoção individual. O Golpe Militar (período Ditatorial) colocado em curso marcou as memórias coletivas e relações até os dias atuais a partir de seus rastros de violência, opressão, censura, mortes e privação de liberdade. Enquanto isso, uma educação tecnicista, reguladora e fragmentada tomou conta do país e a perseguição política aos docentes fragmentou e precarizou ainda mais a formação e a função de professoras e professores.

Assim, a fim de identificar os fatores, indicadores, causas e efeitos do adoecimento do professorado, o “mal-estar docente” tornou-se objeto de estudo em países como Brasil, Espanha e Portugal (Esteve, 1994, 1999; Jesus, 1998, 2001, 2002; Mosquera; Stobaus; Dornelles Júnior, 2007). Neste contexto, observamos a prevalência de perspectivas diagnósticas e métricas que davam enfoque aos aspectos fisiológicos, como ocorreu nas produções de pesquisadores brasileiros que desenvolveram investigações junto a profissionais fonoaudiólogos, fisioterapeutas e da medicina, tendo em vista os altos índices de alterações vocais e osteomusculares como causa de afastamento das atividades laborais.

O cenário da década de 80 contribuiu para o aumento de críticas às abordagens quantitativas e reducionistas que buscavam explicar os fenômenos educacionais, principalmente, os intraescolares. A expansão dos movimentos sociais e das manifestações culturais chegaram às entranhas das universidades,

fundamentando a análise de teses e dissertações e contribuindo para a problematização e a dicotomia entre as abordagens qualitativa e quantitativa nas investigações (Gatti; André, 2013).

As questões centrais requeriam considerar as dimensões sociais, culturais e institucionais, além das observações e percepções das pesquisadoras e dos pesquisadores que desenvolviam as investigações e de quem se exigiam neutralidade, afastamento e rigidez para garantir o rigor científico, a validade e a qualidade dos estudos (Gatti; André, 2013). Emerge daí uma trilha para construção de pesquisas educacionais, não somente pesquisas que teorizam a educação em planos descritivos.

Demo (1981) detinha-se em defender que era possível conceber a pesquisa como um fenômeno social, já que a ciência é construída reunindo valores, preceitos e atividade humana nos diferentes tempos e espaços. Por essa razão, gradativamente, foram surgindo investigações que se dedicaram a visão de processos, integrando o que ocorria dentro do espaço escolar, isto é, unindo as singularidades – relações sociais, cotidiano, processos de alfabetização e letramento, avaliação e currículo – às temáticas mais amplas do campo educacional (Gatti, 2001; Gatti; André, 2013). Dessa forma, as produções na América do Norte e Europa passaram a apresentar novas estruturas e conteúdo.

Esteve (1994, 1999) utilizou o termo "mal-estar docente" para descrever um fenômeno resultante das complexas condições sociais e psicológicas envolvidas na prática docente, impactando negativamente as personalidades dos professores de maneira duradoura e variada. O autor classificou o fenômeno em indicadores e fatores, categorizando-os com base em sua possível incidência direta ou indireta sobre a ação do professorado. Em consonância, Jesus (1998, 2002) relacionou o mal-estar ao bem-estar docente e à capacidade de adaptação às situações e exigências da profissão, contribuindo com uma certa ideia de relação linear e dicotômica entre as ações e seus resultados. Essa percepção sugere que, dependendo da frequência de estresse negativo (*distress*) pode-se gerar mal-estar ou bem-estar como consequência de suas ações.

O uso da ideia de bem-estar configura-se no pensamento neoliberal como um desafio, pois essa ideologia política e econômica tende a produzir

desigualdades de várias ordens. Ao mesmo tempo, ela também apresenta ações assistencialistas para a promoção de um Estado Democrático de Direito e Bem-estar social que deveria assegurar direitos considerados básicos, somados a justiça e equidade social.

Ao longo de anos de constituição da profissão no país, presenciamos baixos salários, aumento da terceirização e privatização na educação, além da omissão dos governos. O sofrimento tornou-se um fio condutor das políticas neoliberais. Nesse sentido, Dunker (2015, p. 192) conduziu ensaios e estudos envolvendo a noção de sofrimento, sintomas e mal-estar freudiano, argumentando que a ideia da negação do mal-estar não se limita à negação do bem-estar, mas implica na "impossibilidade de estar". "Não estar" pode ser interpretada como uma condição na qual a pessoa não se sente em equilíbrio consigo mesma ou com o ambiente, uma espécie de alienação interna ou falta de conexão com a própria realidade psíquica. Dessa forma, não é apenas a ausência de bem-estar, mas algo mais profundo que pode refletir conflitos inconscientes ou dificuldades em lidar com aspectos emocionais e psicológicos complexos.

Evidenciamos que, não por acaso, há uma mudança paradigmática no interesse das pesquisas sobre a educação no país, alinhadas aos cenários econômicos, históricos, políticos, estético-culturais, nas relações sociais e nos afetos que nos conectam aos entendimentos que vinham sendo construídos sobre diagnóstico e patologia nas ciências.

Nos anos 2000, por exemplo, começou-se a identificar que os principais motivos de absentismo docente envolviam transtornos psíquicos, seguidos de doenças do aparelho respiratório (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005), integrando às produções científicas outros fatores contribuintes para o mal-estar docente. Dessa maneira, gradativamente, o número de pesquisas junto a programas e teorias da psicologia esteve aumentando, refletindo os efeitos dos contextos emergentes. Os referenciais teóricos e as pesquisas derivadas dos cursos de psicologia, buscavam dialogar com as investigações de outras áreas do conhecimento sobre as condições de trabalho docente que abordavam questões físicas, cognitivas, sociais e emocionais. Esses estudos convergiram para elencar o que os autores, como Stobaus, Mosquera, Jesus e Esteve, destacaram como sintomas do mal-estar do professorado: abandono da

profissão, alto absentismo, desmotivação, fadiga, dificuldades nos relacionamentos, baixa autoestima, depressão, entre outros.

Dentre os elementos que uniam tais perspectivas e/ou delineavam suas fronteiras, Dunker (2011, 2015) destaca que a filosofia se dedicou a pensar o mal-estar como uma categoria existencial, uma condição no mundo, enquanto a sociologia inseriu o sofrimento como uma categoria social, e a emergência de sintomas reforçou a produção de diagnósticos como uma diagnóstica social. Questionamo-nos: será que precisamos “patologizar” as narrativas para legitimar os desconfortos, as violências e os ataques aos corpos docentes? Devemos descrever, nomear e classificar para, enfim, “tratar” sobre a precarização do trabalho docente?

Insistimos em fragmentar as experiências e os corpos, desconsiderando a complexidade e a interconexão entre suas linhas e transversalidades. Ao fazê-lo, perdemos de vista a integralidade humana, reduzindo suas experiências multidimensionais a aspectos isolados. Essa fragmentação pode interferir na compreensão das questões enfrentadas pelas professoras e pelos professores, incluindo as dinâmicas sociais, emocionais e contextuais que movimentam suas morfologias, cotidianos e trajetórias.

Enlaces e movimentos em que se produzem o mal-estar e as patologias sociais no trabalho docente: o que nos afeta?

Ratier (2019), em *Educação contra a barbárie*, coloca-nos a pensar entre a função da educação e nossos comportamentos diante de um país tão desigual: é compreensível nossa indignação. O que fazer com o que nos afeta? O que fazemos diante de tantos (antigos e novos) enfrentamentos? É preciso permitir que os fluxos de espaço e vozes de resistência sigam suas intensidades para que as escolas utilizem a “revolta como insumo básico nas discussões dos aspectos afetivos no ambiente escolar” (Ratier, 2019, p. 156). Dizemos que este afeto deve ser empregado para além das reformulações que o autor discute acerca das competências emocionais e dos sentimentos em voga, mas também daquilo que, sobretudo, nos afeta e como afetamos, do verbo e expressão “afetar”.

Junto ao Observatório Global de Patologias Sociais, integrado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), pesquisadores e pesquisadoras de diferentes países dedicaram-se a realizar uma análise conceitual de Patologias Sociais (Pizzi; Cenci, 2021). Embasados também no debate em torno das perturbações sociais (Honneth, 2011, 2015), eles(as) discutem como noções de normalidade e desordem por um sistema de domínio influem em comportamentos e lógicas que investem na compreensão de deficiência social, contribuindo para a categorização e a interpretação de corpos em enfermidades, transtornos e adoecimentos. A partir disso, para além da pluralidade conceitual que permeia os fenômenos, é possível identificar as complexas interações que definem a saúde social e individual.

A partir disto, a noção de patologias sociais inserida neste debate é a apresentada por Castilhos, Pizzi e D'Avila (2023, p. 10) ao reunir percepções individuais e coletivas sobre a temática, que se trata de

alterações nas práticas hegemônicas (normais ou estandardizadas) da sociedade (dos coletivos ou do social) que se tornam cotidianas e podem gerar nos indivíduos transtornos comportamentais ou mentais, aumento de vulnerabilidade ou mesmo doença e dor. O impacto nos indivíduos pode retroalimentar as alterações nos coletivos (sociedade, social). Esse ciclo tem efeitos como interferência nas relações humanas/sociais, geração de sentimentos e/ou comportamentos ruins e constituição de massas.

Os limites dos corpos docentes têm sido violados diante da premissa de responsabilização individual, que exige que tenham recursos internos e externos e saibam empregá-los para enfrentar as precárias condições e ao mesmo tempo transformar o trabalho do professorado. Estes corpos são únicos e diversos, transbordando entre o individual e o coletivo, mas com predominância de professoras⁵. Aqui, utilizamos a ideia de corpo como propriedade física e multidimensional que se afeta e se produz em “corpos docentes”, grupos de professoras e professores que estão docentes e fazem da profissão um trabalho composto por interações complexas. Esses corpos, enquanto sujeitos sociais e

⁵ A feminilização do trabalho docente influencia significativamente a precarização do trabalho pelos laços com a sociedade patriarcal e hegemônica que marcam desde a constituição da profissão no país até seu reconhecimento social. Além disso, esse fenômeno está relacionado ao que Fabienne Brungère (2023) discute sobre a ética feminista, a ética do cuidado e o uso neoliberal do cuidar.

profissionais, vivem e se transformam em um contexto de contínua interação com o ambiente escolar e as relações sociais que nele ocorrem.

“São muitas batalhas dentro da educação que temos que travar. A gente, enquanto profissionais da educação, a gente tem que lidar com dragões e dragões... Porque tudo vem... Tudo recai sobre a escola” (Docente 2).

Conforme Castilhos *et al.* (2021, p. 10), “a terminologia reflete os contornos das patologias conforme sua abrangência, isto é, as demarcações e os possíveis limites das patologias sociais”. A ideia de “crise na educação” nos faz questionar suas modulações, afinal, enquanto vivenciamos décadas de dificuldades, também observamos insistentes tentativas de consumação de projetos de sociedades através de ações antidemocráticas que atingem, entre tantos, a autonomia docente. Há muitas disputas no campo educacional que fazem das docências, figuras doutrinadoras e rebeldes, empecilho para ideologias neoconservadoras, já que se deparam com movimentos de resistências. Assim, as escolas tornam-se tanto solução quanto problema para tais vertentes ultraconservadoras.

“A educação... Acho que é muito importante. É importante sempre. A gente está envolvido com a educação porque é o que nos move enquanto cidadãos, enquanto pessoa, enquanto ser humano” (Docente 3).

Entre os relatos docentes, observamos uma prevalência de fatores caracterizados como desafios que atravessam a profissão. Diante das mudanças paradigmáticas no conhecimento, na educação, no ensino e nas tecnologias digitais, o papel docente é atravessado por tensões entre discursos democráticos, antidemocráticos e neoliberais. A modificação de pensamentos sobre os agentes tradicionais de socialização tem suscitado questionamentos sobre a própria sobrevivência da profissão e das instituições escolares contra, a exemplo, a Constituição Federal, de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996. Ambas preconizam um ensino público, gratuito e laico e, no Inciso II do Art. 206 da Constituição, está definido como princípio da educação a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (Brasil, 1988, s.p.).

Essa observação aponta para um cenário onde a intervenção política de determinados governos ou movimentos antidemocráticos, alinhados aos

princípios neoliberais, interferem significativamente na autonomia e nas condições de trabalho do professorado. A estratégia de descentralização, frequentemente adotada nesses contextos, pode levar a um cerceamento das atividades docentes, limitando recursos e impondo regulamentações que afetam diretamente o ambiente educacional. Essas medidas, em vez de fortalecerem a educação, contribuem para a precarização do trabalho docente e, conseqüentemente, para o adoecimento desses(as) profissionais.

“Ah, poderia ter dado certo, mas infelizmente não deu, porque nós professores não trabalhamos sozinhos, né? Nós trabalhamos com a família, com a sociedade, enfim...” (Docente 4).

No enfrentamento das incertezas, impermanências e mudanças, lidar com os contextos emergentes torna-se mais uma demanda. A sobrecarga e a sensação de solidão são mitigadas pelo apoio em trabalhos colaborativos, mas a fadiga persiste diante das exigências burocráticas e do controle. Em algumas circunstâncias, as condições tornam-se ainda mais adversas, levando a um aumento na desistência ou na resistência por parte dos(as) profissionais.

A Secretaria de Educação só estava ali mandando, dando as datas. Tem que escrever isso e aquilo. Só que a gente não tinha tempo para conseguir se organizar, para se sentar e conversar todos juntos, então não fica uma coisa adequada (Docente 4).

Os adoecimentos que abrangem as dimensões fisiológicas, como os problemas osteomusculares, vocais e enxaquecas, estão presentes no cotidiano docente. No entanto, sobressaíram as queixas que nos remetem ao campo social, reforçando como as relações sociais afetam os aspectos subjetivos e individuais de patologias.

Conforme Castilhos *et al.* (2023), diante da pluridiversidade conceitual de patologia social, a ideia de sofrimento é amplamente influenciada pelas dinâmicas sociais, assim, outros elementos ganham destaque na discussão, são eles: os baixos salários e parcelamentos, sobrecarga de trabalho, trabalho extraclasse, redução de concursos, cancelamento das horas/reunião, infraestrutura precária, falta de investimento e ataques à imagem social da profissão. A falta de apoio de diversas esferas e violências de diferentes ordens são descritas e culminam no reconhecimento das condições precárias e da desvalorização profissional.

Eu escutava... A gente nunca pode, a gente nunca consegue nada, tu tens que fazer o que dá na sala de aula [...]. Várias vezes quando eu pensava em fazer coisas diferentes eles diziam que em escola pública a gente nunca tem dinheiro (Docente 5).

Para refletir o trabalho no cotidiano escolar é necessário investigar e questionar, mais do que “somente” responder. Estar atento às superfícies e profundezas com um olhar aberto e receptivo para refletir sobre o modo de pensar e agir que é continuamente praticado dentro das escolas. Isso inclui os arranjos peculiares adotados para enfrentar os desafios, as prioridades estabelecidas e os aspectos deixados de lado ou até mesmo negados. Esses e muitos outros pontos constituem a escola real, ou seja, sua cultura e seu clima organizacional (Luck, 2011).

Porque quando tu te deparas com uma criança desmaiando na tua frente, que não tomou o café da manhã e possivelmente porque não jantou, não tem como tu olhares aquilo ali [...]. Resolve o teu problema, vamos continuar o conteúdo, não tem como isso, a coisa continuar com esta naturalidade, né? (Docente 2).

Como manter-se e como continuar resistindo diante de cenários que despertam dor, apreensão, ansiedade, desgosto, frustração, cansaço, estresse, chateação, incômodo, raiva, tristeza, preocupação, depressão, desmotivação? Para uma das professoras entrevistadas os(as) docentes “*estão estressados, não é uma questão de caráter, mas uma questão de desgaste*”.

Rolnik (2018, p. 107) afirma que, desde os desígnios do capitalismo industrial, surgiram diferentes formas de domínio que violam nossa força vital e produzem “um trauma que leva a subjetividade a ensurdecer-se às demandas da pulsão”, restringindo-nos dos prazeres da vida para produzir cada vez mais, ainda que em sofrimento. Em consonância, Castilhos *et al.* (2023, p. 12) defendem que, na construção da noção de patologias sociais, os seus efeitos envolvem “desesperança, atrapalha a convivência, geram sofrimento, humilhação, submissão”.

Desse ponto de vista, consideramos que o mal-estar docente pode ser pensando de forma rizomática (Deleuze; Guattari, 1995), complexa e

interdependente, bem como as noções de patologia social: em coexistência, produzindo movimentos, constituindo-se na interação do individual-coletivo. Destacamos que, a partir da percepção de docentes e inferências, as dimensões da constituição da profissão no país (a educação e o ensino), a feminilização, a desvalorização profissional, os baixos salários e a imagem social, tal como o clima e cultura organizacional nas instituições, os sentimentos e emoções que atravessam as relações e a associação aos conceitos de satisfação, autorrealização, autoconceito e noção de bem-estar compõem a morfologia do mal-estar em corpos docentes na escola estadual do Rio Grande do Sul que contribuiu com este estudo.

A partir de tais alcances, propomos o exercício coletivo de movimentos de resistência e formação contínua com docentes buscando pensar as condições, saúde e trabalho para “reorganização de nossas forças” (Haddad, 2019). O estudo nos direciona para a necessidade de um reconhecimento social e coletivo que integra a valorização docente, assim como a emergência de discutir as questões aqui apresentadas e outras insurgentes. Discutir sobre as visões sobre o mal-estar docente e seus efeitos nos contextos emergentes de enfrentamento e/ou de promoção das patologias sociais a partir da escuta e compreensão do professorado é fundamental. A investigação nos apresenta que condições multidimensionais no trabalho docente afetam não apenas a saúde mental e o desempenho profissional dos professores, mas também suas trajetórias de vida, qualidade do ensino e aprendizagem discente.

Considerações Finais

Neste artigo, propusemos discutir como se relacionam as noções de patologias sociais e de mal-estar docente em uma escola da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.

As patologias sociais estão associadas às manifestações coletivas que afetam o tecido social, gerando formas de sofrimento, de exclusão e de violência. As desigualdades socioeconômicas entre as esferas educacionais públicas e privadas, o cerceamento promovido pelas políticas neoliberais e neoconservadoras fomentam as desigualdades dentro da própria classe docente, fazendo com que muitos profissionais sintam que a profissão não é

valorizada. As violências simbólicas e/ou físicas também contribuem para o desgaste emocional e facilitam a produção de novas dinâmicas de precarização.

Em resposta a essas condições adversas, o mal-estar docente se intensifica através dos discursos de insatisfação, frustração, sintomas como depressão e ansiedade, que culminam em absentismo, por exemplo. O fenômeno está intimamente ligado às relações de poder que se instalam nas sociedades, produção de conhecimento e as forças que atuam, ao mesmo tempo, no mundo e nos territórios que atuam os corpos docentes.

No Rio Grande do Sul, as escolas da rede estadual enfrentam desafios estruturais, como falta de recursos financeiros e uma política pública fragmentada, que muitas vezes não atendem às necessidades básicas dos(as) profissionais da educação. Além disso, a precarização do trabalho docente, caracterizada pela falta de planos de carreira sólidos e baixa evolução, tendem a agravar o mal-estar.

Há uma inter-relação entre as patologias sociais e o mal-estar docente enquanto um processo móvel e contínuo. Em diálogo com os discursos apresentados nas entrevistas realizadas em uma das escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul, as noções de mal-estar e patologias sociais se materializam na forma de baixa motivação, exaustão, desgaste. Ao mesmo tempo, sustentam-se relatos de satisfação e/ou de resiliência frente às adversidades. Consideramos que as patologias sociais, assim como o mal-estar docente, ultrapassam territórios e fronteiras do espaço físico escolar e que o debate sobre tais questões é fundamental para a promoção de políticas públicas integradas e maior crítica do porquê fazemos o que fazemos, e como fazemos, ao promover sensações de bem-estar e mal-estar.

O trabalho docente é produzido através de uma rede complexa de vetores que compõem a educação no país, tecido por lugares em comum e não lugares, especificidades e subjetividades individuais e coletivas, desafios e possibilidades que afetam direta ou indiretamente a sobrevivência profissional. As abordagens adotadas nas pesquisas contribuem com a elaboração de conceitos e, a depender das perspectivas, podem ser produzidas teorias pautadas apenas em representatividades ou índices generalistas, reduzindo e fragmentando os fenômenos, não considerando seus enlaces ou especificidades.

Nos últimos anos, o campo educacional tem enfrentado inúmeros desafios que afetam diretamente a qualidade do ensino e condições de atuação dos profissionais da educação. Um dos aspectos explorados como objeto de estudo tem sido o mal-estar docente, uma condição caracterizada por desmotivação, estresse e exaustão emocional entre os professores e professoras, segundo pesquisas qualitativas humanistas com caráter diagnóstico e propositivo. Este fenômeno não é isolado; ele está intimamente relacionado às patologias sociais que permeiam a sociedade contemporânea, como a precarização do trabalho, a violência, e a falta de suporte institucional. Junto às mudanças referentes às abordagens da pesquisa educacional no país, os contextos emergentes nos impulsionaram a novos modos de fazer, pensar e agir acerca do trabalho docente: ele é coletivo.

Verificamos que as noções de mal-estar docente, de sofrimento, de sintomas e de patologias sociais podem ser pensadas em seus movimentos, dimensões e rizomas, bem como vinculadas ao reconhecimento de sua complexidade, continuidades e descontinuidades produzidas no presente da experiência.

Observamos que, junto a perspectiva de adoecimento docente, a precarização do trabalho tem repercutido em diferentes esferas da vida humana, mobilizando o interesse e a necessidade de pesquisadoras e pesquisadores desenvolverem estudos e ações que pensem a valorização do professorado e as condições do trabalho docente *com* docentes. Há aproximações no que tange aos desafios metodológicos e conceituais, somados às superfícies e fronteiras da vida em comunidade e permeada por afetos. Por esse motivo, atuamos com Oficinas Pedagógicas junto a projetos que conectam a universidade e as escolas (públicas e privadas) do estado do Rio Grande do Sul, produzindo, com docentes, conceitos, noções e necessidades no/do trabalho e acerca do mal-estar do professorado. A partir dos encontros, deixamo-nos interpelar pela criação do trabalho docente em diálogo com teorias e seus deslocamentos. Confiamos em seu potencial, entendendo tais processos como uma possibilidade de formação continuada, criativa e, portanto, "*trans-formadora*".

Isto posto, propomos e damos continuidade ao desenvolvimento de pesquisas e projetos que envolvam docentes e investigadores(as) de diferentes formações, com o objetivo de contribuir para a produção de conhecimento sobre

a formação inicial e continuada do professorado, o cotidiano e a cultura escolar, bem como as necessidades emergentes dos corpos docentes. Dessa forma, evidenciamos os movimentos de resistir-conviver-transformar em coletivo.

Referências

ARAÚJO, Tânia Maria de.; PINHO, Paloma de Souza.; MASSON, Maria Lúcia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00087318, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9394/96**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: jun. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 1339, de 18 de novembro de 1999**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1339_18_11_1999.html Acesso em: jun. 2024.

BRUNGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. 1 Ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1. ed.-São Paulo: Boitempo, 2019.

CASTILHOS, Eduardo Dicke de.; PIZZI, Jovino; D'Ávila, Otavio Pereira. Análise conceitual: por um significado de patologia social. **Dissertatio** – Volume Suplementar 13, pp.3-15, 2023.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal-estar, sofrimento e sintoma: Releitura da diagnóstica lacanianiana a partir do perspectivismo animista. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 23, n. 1. pp 115-136, 2011.

- DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, Sofrimento e Sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente**. 3. Ed. Barcelona: Paidós, 1994.
- ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução Durley de Carvalho Cavicchia. São Paulo: EDUSC, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREUDENBERGER, Herbert J. Staff burn out. **Journal os Social Issues**, Malden, v. 30, n. 1, pp. 159-165, 1974.
- GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 31, nº 2, pp. 189-199, 2005.
- GATTI, Bernadete Angelina; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013. pp. 29-38.
- GATTI, Bernadete Angelina; ANDRÉ, Marli. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.
- HADDAD, Fernando. Prólogo. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Alessandro Mariano ... [et al.]; organização Fernando Cássio. 1. ed.-São Paulo: Boitempo, 2019. pp. 11-13.
- HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, Fernando; BENAVENTE, Beatriz Revelles. La perspectiva post-cualitativa en la investigación educativa: genealogía, movimientos, posibilidades y tensiones. **Educatio Siglo XXI**, 37(2 Jul-Oct), pp. 21–48, 2019.
- HONNETH, Axel. **La sociedade del desprecio**. Madrid: Trotta, 2011.
- HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- JESUS, Saul Neves de. **Bem-estar dos professores**: estratégias para realização e desenvolvimento profissional. Portugal: Porto Codex, 1998.
- JESUS, Saul Neves de. Pistas para o bem-estar dos professores. **Educação**, ano. XXIV, n. 43, pp.123-132, 2001.
- JESUS, Saul Neves de. **Perspectivas para o bem-estar docente**. Porto: ASA Editores, 2002.

LATHER, Patti. Top Ten + List: (Re)Thinking Ontology in (Post)Qualitative Research. **Cultural Studies Critical Methodologies**, v. 16, n. 2, pp. 125-131, 2016.

LUCK, Heloísa. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, n. 5, v. 2, p. 154–164, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875> Acesso em: dez. 2023.

MOSQUERA, Juan José Mouriño; STOBÄUS, Claus Dieter; DORNELLES JÚNIOR, João. **O mal-estar na docência: causas e consequências**. Porto Alegre, FAGED: PUCRS, 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/33645614-O-mal-estar-na-docencia-causas-e-consequencias.html> Acesso em: jun. 2024.

OLIVEIRA, Dalila. Políticas conservadoras no Brasil: ameaças ao direito à educação e ataques à autonomia docente. **Revista Educación, Política y Sociedad**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 37–54, 2022. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reps/article/view/15688> Acesso em: jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **11ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças – Cid - 11**. 2019. Disponível em: <https://icd.who.int/en> Acesso em: dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Burn-out an "occupational phenomenon"**: International Classification of Diseases. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/28-05-2019-burn-out-an-occupational-phenomenon-international-classification-of-diseases> Acesso em: dez. 2023.

PIZZI, Jovino; CENCI, Maximiliano Sérgio. **Glosario de Patologías Sociales**. Pelotas: Editora UFPEL, 2021, 319p.

RATIER, Rodrigo. Escola e afetos: um elogio da raiva e da revolta. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. Alessandro Mariano ... [et al.]; organização Fernando Cássio. 1. ed.-São Paulo: Boitempo, 2019. pp. 159-164.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2018. 208p.

ST. PIERRE, Elizabeth Adams. Post qualitative research the critique and the coming after. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. Los Angeles: SAGE, pp. 611-625, 2011.

ST. PIERRE, Elizabeth Adams. Uma história breve e pessoal da pesquisa pósqualitativa: em direção à “pós-investigação”. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 13, n. 3, pp.1044–1064, 2018. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.13i3.0023.

Recebido em: 04/07/2024.

Aceito em: 19/11/2024.

Fernanda Silva do Nascimento

Doutoranda em Educação (PUCRS), Professora e Pesquisadora Visitante na Universidade de Barcelona (2024/2025), Mestra em Educação (PUCRS, 2021), Especialista em Gestão da Educação (PUCRS, 2022) e Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (PUCRS, 2014), Pedagoga (UnB, 2012), Integrante do Grupo de Pesquisa Processos Motivacionais em Contextos Educativos (Promot/CNPq) na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem interesses nas áreas de Educação, Trabalho docente, Formação docente, Educação Básica, Metodologias de ensino e de pesquisa.

✉ fernanda.n91@edu.pucrs.br

 <http://lattes.cnpq.br/2190141073276223>

 <https://orcid.org/0000-0002-8623-876X>

Bettina Steren dos Santos

Doutora em Psicologia Evolutiva e da Educação (Universidade de Barcelona). É professora da Escola de Humanidades junto ao Programa de pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação e do Grupo de Pesquisa "Processos Motivacionais em Contextos Educativos" (PUCRS) e Coordenadora dos Cursos de Especialização em Psicopedagogia. Tem experiência na área de Psicologia Educativa, com ênfase nos processos de ensino e aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, processos motivacionais, metodologias criativas de ensino, mal-estar, bem-estar docente e permanência estudantil.

✉ bettina@pucrs.br

 <http://lattes.cnpq.br/3740903204981170>

 <https://orcid.org/0000-0002-5595-232X>